

SEGURANÇA ESCOLAR E EDUCAÇÃO PREVENTIVA: UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA E ANTIILGBTFÓBICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Heitor Luis Manfron¹

Resumo: Este artigo aborda, a partir de uma experiência vivenciada em sala de aula durante o estágio supervisionado obrigatório do curso de Licenciatura em Teatro, as reflexões geradas sobre racismo e LGBTfobia, com foco na segurança escolar e na educação preventiva em escolas públicas. O trabalho é organizado em duas partes: na primeira, apresento um estudo de caso, e na segunda, contextualizo os debates que emergiram, refletindo sobre o papel dos professores na mediação de uma luta antirracista e antiLGBTfóbica. Além disso, discuto como as instituições educacionais podem ser cobradas quanto ao cumprimento de suas responsabilidades nesse processo, para que o contexto escolar seja efetivo de aprendizagem e bem-estar.

Palavras-chave: Educação preventiva; Estágio obrigatório; Segurança escolar.

¹ Licenciado em Teatro (2024), pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e professor da disciplina de Arte pelo Estado do Paraná (SEED-PR). E-mail: heitor.l.manfron@gmail.com
Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3410169085270419> Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2866-5622>

SCHOOL SAFETY AND PREVENTIVE EDUCATION: AN ANTIRACIST AND ANTI-LGBT PERSPECTIVE IN THE SUPERVISED INTERNSHIP OF THE THEATER DEGREE PROGRAM

Abstract: This article discusses, based on an experience in the classroom during the mandatory supervised internship of the Theater Degree program, the reflections generated on racism and LGBTphobia, with a focus on school safety and preventive education in public schools. The work is organized into two parts: in the first, I present a case study, and in the second, I contextualize the debates that emerged, reflecting on the role of teachers in mediating the fight against racism and LGBTphobia. Additionally, I discuss how educational institutions can be held accountable for fulfilling their responsibilities in this process, so that the school environment becomes effective for learning and well-being.

Keywords: Preventive education; Mandatory internship; School safety.

Contexto

No curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR-FAP), os estágios obrigatórios se dividem em três fases: dez horas para conhecer a instituição (estrutura, alunos, diferenciais); quinze horas de observação das aulas de Arte e das metodologias da professora; e vinte horas de regência, onde o estagiário aplica práticas teatrais com base no que foi observado. O presente trabalho possui como foco a experiência vivenciada durante o estágio supervisionado II no Ensino Fundamental, realizado em um Colégio Estadual, em Curitiba/PR, nosso grupo de estágio foi formado por três estagiários.

Durante o período de observação, nos deparamos com uma realidade que não tínhamos vivenciado no estágio anterior, turmas que acompanhamos estavam com mais de 30 alunos em cada sala, contando com a média de 2 a 4 alunos neurodiversos amparados por profissional de atendimento especializado escolar (PAEE). Para otimizar o tempo da chamada, o aluno monitor anotava os nomes dos alunos faltantes para a professora lançar no sistema posteriormente, visando não perder tempo da aula.

Os alunos, na maior parte do tempo, eram agitados, às vezes colaborativos, mas sempre havia muitas conversas paralelas acompanhadas de algumas situações desconfortáveis, como jogar aviãozinho de papel ou meninos se empurrando e “brincando” de brigas, querendo total atenção tanto de nós estagiários quanto das professoras (regente e PAEE) e claro, dos colegas. Nosso grupo pôde constatar a necessidade da autoafirmação de masculinidade em diversos momentos. A tese *Teatro é coisa de viado!: pedagogias da masculinidade no teatro amador em perspectiva dialógica* (2023) escrita pelo mestre e doutor pela Universidade Federal do Paraná, Andrio Robert Lecheta, aborda o paralelo entre teatro e questões de gênero. Esse lugar de provar-se homem vem de um espelho que a escola é da nossa sociedade, como cita o autor:

Esse movimento discursivo se articula através da noção de masculinidades fracassadas: este corpo *viado* significado enquanto fracasso, produz uma política e uma pedagogia do fracasso enquanto resistência para sobreviver e subverter. Dessa forma, ele disputa os próprios sentidos de sucesso e não permite mais que o outro o nomeie, o controle e estabeleça poder sobre ele. (Lecheta, 2023, p. 100)

Todo corpo que seja diferente do padrão heteronormativo é “estranho”, todo corpo diferente é um corpo fracassado e esses corpos diferentes podem ser julgados, sendo esses julgamentos uma afirmação de masculinidade. Para Louro (1997), todas essas construções são transitórias, transformando esses papéis sociais, não apenas historicamente, ou até mesmo ao longo dos tempos, como também articulando-se com as histórias pessoais.

Para a fundamentação teórica utilizamos como referência Augusto Boal (1931-2009), diretor de teatro e dramaturgo, e sua maior obra, o *Teatro do Oprimido* (2019), que explora vertentes políticas e sociais das hierarquias da sociedade capitalista, a questão do oprimido e opressor, traduzindo a realidade do povo brasileiro. Levando em consideração a pesquisa de Boal em introduzir o teatro para pessoas que tiveram pouco ou nenhum contato com ele, propomos práticas coletivas para perceber o próximo. Utilizamos, também, ambientes cotidianos do colégio, os quais foram ressignificados e transformados em espaços cênicos.

Boal (1982) utiliza teatro para a transformação de conexões humanas em uma forma cênica e sensível, entendendo as relações cotidianas. Isso respinga em nossas práticas, pois nosso objetivo era provocar, pela teatralidade, a reflexão sobre as dinâmicas de relação entre os alunos, uma forma de comunicação potente, a qual proporciona repensar e dialogar com assuntos que não seriam apontados cotidianamente. Entretanto, essa transformação é um processo minucioso. Como Boal diz na entrevista inicial do livro *200 exercícios e jogos para o ator e o não ator com vontade de dizer algo através do teatro* (1982) “A alfabetização teatral é necessária porque é uma forma de comunicação muito poderosa e útil nas transformações sociais” (p. 17). Portanto, entendemos que as regências serão focadas nessa alfabetização teatral.

No cenário de sala de aula do século XXI, sendo a pedagogia tradicional o modelo prevalente de ensino, o qual segue contendo corpos de jovens estudantes acelerados para que permaneçam sentados por horas seguidas, o resultado observado é a mecanização dos corpos. Com isso, optamos por utilizar os *jogos*, pois, segundo Boal, “[...] os jogos ajudam a desmecanização do corpo e da mente alienados às tarefas repetitivas do dia a dia, especialmente às do trabalho e às condições econômicas, ambientais e sociais de quem os prática” (Boal, 2019, p. 15).

Para trabalhar o corpo no espaço com os alunos, buscamos Rudolf Laban (1978), húngaro, nascido em 1879. Ele percebeu um vazio existente nas peças de teatro e dança dessa época, por isso, desenvolveu uma notação de movimento chamada *Labanotation*, conhecida nos Estados Unidos. Foi bailarino, autor de várias coreografias famosas, renovador da dança e de seu enfoque teatral com grupos profissionais, de onde saíram os mais importantes nomes da dança expressiva europeia, foi também diretor de movimento da Ópera Estatal de Berlim e outros. Dirigiu seu trabalho, principalmente, para a dança como meio de educação, para a sensibilização das emoções, do intelecto e o autoconhecimento físico dos alunos, como apresenta em seu livro *Domínio do movimento* (1978). Trabalhou com danças conjuntas empenhadas numa vivência comum através do movimento: dança coral. Sua pesquisa e metodologia sobre o uso do movimento humano são usadas até hoje pelos diversos ramos da arte e ciência: dança, teatro, educação, psicologia etc. Laban focou sua pesquisa principalmente na origem do movimento. Ele aborda questões sobre o livre fluir da arte do movimento e compreensão da vida interior da pessoa, de onde se originam o movimento e ação, o fluir espontâneo do movimento garantindo agilidade e eficácia, a motivação interior para o movimento e as funções do corpo. Nas palavras de Laban:

Quando tomamos consciência de que o movimento é a essência da vida e que toda forma de expressão (seja falar, escrever, cantar, pintar ou dançar) utiliza o corpo como veículo, vemos o quanto importante é entender essa expressão externa da energia vital interior. (Laban, 1978, p. 100)

Portanto, ele explora na sua obra *Domínio do movimento* (1978) os diferentes mecanismos de domínio do movimento, como por exemplo: a espacialidade, níveis, planos, velocidades, dentre outros. O foco neste trabalho era explorar a *consciência espacial* nos alunos do Ensino Fundamental do Colégio durante as regências, a fim de proporcionar melhor qualidade das aulas e práticas vivenciadas pelos estudantes.

Após muito estudo e planejamento, estávamos preparados para assumir o lugar de professor na regência. Enquanto um colega estava aplicando a sua aula, que duraria aproximadamente 40 minutos, os outros colegas observavam para fazer as devidas anotações, para, após o término das regências, conversar em sala de aula sobre aspectos possíveis de serem melhorados e sugestões. No decorrer dessa dinâmica, cada um foi aplicando a sua aula. No primeiro dia eu e minha colega lecionamos a primeira e segunda parte da aula. Quando nosso colega estagiário foi lecionar a terceira, aconteceu um caso de LGBTfobia e injúria racial.

O caso ocorreu quando nosso colega foi aplicar um jogo de mímica para os alunos. No decorrer do exercício, ele separou os alunos em grupos e, a partir disso, deveriam propor temas para serem representados pelo outro grupo, nisso ele sugeriu que eles poderiam propor animais como tema. Nesse momento, um dos grupos começou a proferir as palavras “viado” e “macaco” como sugestão de tema, porém de forma pejorativa e sendo proferidas diretamente para o nosso colega de estágio. Os alunos desse grupo estavam rindo e se divertindo com essa situação. Após o fim da aula, nosso colega notificou a professora regente, a equipe pedagógica e a direção, e a partir dali as medidas necessárias foram tomadas pela escola. Os alunos autores do ocorrido foram responsabilizados e os pais notificados a comparecer no colégio.

Todas as medidas pedagógicas que o colégio deveria seguir foram cumpridas e o caso foi levado para fora do ambiente pedagógico, por se tratar de um ato juridicamente criminoso. A situação aconteceu há um ano e meio, entretanto, não deixou de ecoar em meus pensamentos. Como posso me posicionar, sendo um homem, branco, cisgênero e hétero, quando um colega sofre racismo e LGBTfobia em um ambiente educacional? Como (re)agir quando

proporcionamos um ambiente seguro para acolher as expressões, opiniões e visões de mundo e já na primeira devolutiva de alguns estudantes nos deparamos com discurso de ódio?

Na época, nem eu e nem a outra estagiária soubemos como reagir nessa situação. Procuramos dar todo o apoio que nos cabia ao nosso colega, seja no acionar as autoridades, tanto da escola quanto da universidade, ou apoio emocional no momento em que ele contou o relato para equipe pedagógica e os professores da universidade. No entanto, ficamos em silêncio na maior parte do tempo, sem saber como reagir ou o que falar, após o ocorrido. A seguinte questão não saía dos meus pensamentos: mesmo estando na posição de professor, a qual pede um mínimo de respeito, não deixou nosso colega “imune” de sofrer racismo e intolerância.

Na próxima regência, após o ocorrido, vimos uma mudança de comportamento, devido ao desenrolar da situação, os alunos presenciaram que medidas legais são tomadas, quando há violência. A turma e os meninos que fizeram o ato criminoso, começaram a envolver-se mais nas práticas teatrais, trazendo um comportamento diferente, trazendo corporalidades para os exercícios. As práticas teatrais ampliaram a percepção de seus corpos, no sentido físico e vocal, mas, também, no social, pois aprenderam que, caso a situação do ocorrido acontece com algum aluno, poderia achar soluções com a equipe pedagógica. Infelizmente, o período de regência é curto, com pouco tempo para desenvolver um conteúdo de forma profunda e destacar as relações afetivas com os discentes.

A importância da segurança escolar e educação preventiva para uma educação antirracista e antiLGBTfóbica

Outra questão que me faz refletir foi: se um estagiário, em uma hierarquia de professor, sofre racismo e LGBTfobia, como é para os alunos negros e LGBT que estudam nessa sala e quais medidas são tomadas para casos semelhantes? No mês em que realizamos as observações, setembro Amarelo, havia vários cartazes falando sobre a saúde mental dos estudantes e

como o *bullying* tem peso nos dados de suicídio entre jovens. O ponto que gostaria de chegar é, quando há apenas um mês para falar sobre um assunto complexo, tornam-se eventos pontuais para tratar de situações cotidianas. Isso faz com que decaiam as chances da diminuição das violências, pois essas discussões momentâneas não fazem os alunos desenvolverem um ponto de vista crítico sobre o problema (Ribeiro, 2020).

A questão é que o *bullying* faz com que alunos negros e LGBT piorem seu rendimento escolar, sobremaneira sua saúde física e mental, fomentando a evasão escolar.

Segundo a pesquisa nacional sobre *O Ambiente Educacional no Brasil: as experiências de estudantes LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais)* (2025), realizada em conjunto pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e pelo Grupo Dignidade, com apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR), mostra que 60% dos estudantes LGBT se sentiram inseguros na escola, 73% foram agredidos verbalmente e 36% sofreram agressões físicas. Além disso, 36% dos estudantes consideraram ineficaz a resposta dos profissionais para impedir as agressões, e 39% afirmaram que nenhum membro da família foi contatado pela equipe escolar quando o estudante sofreu agressões ou violência no ambiente escolar. Esse estudo demonstra a importância da segurança escolar para todos os alunos e a necessidade de entender as especialidades de cada estudante, evitando assim o racismo, LGBTfobia, capacitismo, gordofobia etc. As equipes docentes e a pedagógica precisam ficar atentas, pois a escola, por mais que possa ser um ambiente democrático, onde tradicionalmente é o nascimento do conhecimento, pode sim ser transformada em um ambiente onde o ódio e a dor são semeados, e cabe, com toda a certeza, um olhar direcionado a essas questões sociais. Pois, quando as políticas inclusivas existem, estudantes se sentem mais seguros na escola, ouvem menos comentários de ódio e vivenciam menos opressão com base em seus corpos dissidentes.

Essas políticas inclusivas, como apresenta Everton Ribeiro (2020) no artigo *O impacto da (in) segurança escolar na saúde de estudantes LGBT: violências recônditas nas frestas da escola*, têm potencial a longo prazo de

proteger realmente os estudantes de diferentes maneiras, como por exemplo fomentar a compreensão sobre o direito à segurança escolar, estimular constantemente ao longo do ano letivo a implementação de políticas e práticas antibullying, além da necessidade da própria escola adotar uma postura de zero tolerância para qualquer tipo de discriminação. Na perspectiva de educação preventiva, deve-se entender a importância de estabelecer políticas locais no estabelecimento de ensino cotidianamente, isto não apenas em sala de aula para os alunos, mas como uma atividade extracurricular, trazendo pesquisadores para discorrer sobre esses assuntos referentes às minorias, a fim de intervir diretamente no *bullying*. Esses projetos servem para mobilizar, em primeiro momento, os alunos, mas também proporcionam a oportunidade de diálogo com os pais e educadores sobre essas temáticas, os quais podem apoiar os grupos de estudantes que se organizam nesse contexto. O *bullying* não afeta apenas quem o recebe, mas também seus autores e testemunhas, tornando-se importante entender todos os seus impactos nesses alunos. Dessa forma, sim, teremos potencial de prevenção e intervenção eficazes para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes (Ribeiro, 2020).

Ademais, ressalto a importância da formação inicial e continuada da equipe escolar que podem ajudar na conscientização desses assuntos, como referir-se corretamente ao pronome da pessoa, por exemplo, buscando não somente a empatia, mas sim resultando em apoio a esses estudantes (Ribeiro, 2020). Levando em consideração a formação de professores com aprofundamento da temática antirracista e LGBTfóbica, que aumenta a conscientização sobre o *bullying* e cria caminhos para os discentes intervirem em atitudes de ódio, tem sido uma estratégia interessante para promover intervenções.

Ressaltei em primeiro momento as questões de LGBTfobia, pois foram abafadas na situação que nosso colega perpassou. O racismo, sim, foi debatido e apontado como algo indiscutível sobre ser um discurso de ódio, entretanto a LGBTfobia escancarada que nosso colega sofreu foi deixada de lado, sendo que também é um discurso que deve ser combatido e erradicado.

Referente a injúria racial, ressalto o mesmo argumento acima, não adianta existir datas comemorativas, como o Mês da Consciência Negra, que são eventos pontuais para conversar e debater sobre questões muito complexas, e ao longo do ano não falar sobre. Nas narrativas de Braúna, Souza e Andrade Sobrinha (2022, p. 8) identifica-se um destaque:

[...] o Letramento Racial como possibilidade de mudança, de (re)educação do racismo presente em diversos âmbitos da sociedade. Através da consciência gerada pelo conhecimento da história da população negra, deixando de lado o eurocentrismo. Nesse sentido, apresentamos nesta pesquisa reflexões acerca do ser crítico e participativo, que compreenda os seus direitos e sejam agentes transformadores de espaços. Identificamos que para isso, a luta contra o racismo e o preconceito precisa ser vista como um dever comunitário em que os indivíduos se comprometam a buscar ações em seu cotidiano. Além disso, as instituições de ensino precisam trazer representatividade e identidades negras positivas dentro do contexto educacional, formando cidadãos/letrados/as, críticos/as e participativos/as.

O letramento racial vai além de não usar termos racistas, (re)educa uma sociedade majoritariamente racista que foi desenvolvida sob um sistema escravocrata, auxiliando na reformulação do olhar sobre o povo negro em diferentes escalas. No âmbito educacional, por exemplo, uma possibilidade de efetivar essa (re)educação é apresentar, em todas as disciplinas, figuras negras importantes. Os estudantes devem saber quem é Jaqueline Goes de Jesus², Simone Maia Evaristo³, quem é Katemari Rosa⁴, entre outras e outros.

² Biomédica (2012) graduada pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Mestre (2014) em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz – Fiocruz (BA) e doutora (2019) em Patologia Humana e Experimental pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). A pesquisadora liderou o primeiro sequenciamento genético do coronavírus no Brasil, realizado apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de Covid-19 no país.

³ Bióloga (1990) graduada pela Universidade Gama Filho. Especialista (2000) em Citologia Clínica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre (2016) pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Infecção HIV/Aids e Hepatites Virais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisadora é referência na área de diagnóstico do câncer e de outras doenças, atuando na análise de lâminas com amostras celulares coletadas de pacientes.

⁴ Graduada (2002) em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre (2006) em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), também mestre (2010) em Educação em Ciências (Science Education) pela Columbia University, Estados Unidos. Doutora (2012) em Educação em Ciências (Science Education) pela Columbia University, Estados Unidos. A pesquisadora propõe um debate sobre as ciências exatas, em

Apresentar a história negra, que por muito tempo foi apagada, felizmente já é uma ação cotidiana. Essa representatividade negra nas instituições de ensino básico deve estar na organização do currículo das disciplinas, sendo apontadas pela secretaria de educação, abrindo espaços de diálogo para perspectivas de autores/as negros/as (Braúna; Souza; Andrade Sobrinha, 2022).

Quando uma história não é contada, ela se torna uma história apagada, ressaltando ainda mais uma ideia de hegemonia branca brasileira (Nascimento, 2016), pois a maioria do material científico/intelectual/artístico pertencer apenas a pessoas brancas, dominantes de todos os saberes, de todas as áreas, é uma ideia que vai além do eurocentrismo, é uma ideia racista, “[...] nossas crianças são induzidas a acreditar que ser um homem branco e burguês constitui o grande ideal a ser conquistado” (Gonzalez, 2020, p. 160).

A favor dos processos de (re)educação racial, temos a Lei n.^º 10.639/2003 e a Lei n.^º 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no contexto educacional. São leis indispensáveis para combater de forma embrionária o preconceito racial na sociedade brasileira. Essa educação preventiva, onde buscar ser antirracista na raiz da educação, que é básica, entra em diálogo com o letramento racial, pois são ferramentas que ajudam a compreender como a raça opera nas sociedades, sendo possível observar os privilégios de determinados grupos e, assim, apontar suas reivindicações e opressões postas por esses grupos, propondo a reconstrução da democracia.

Considerações finais

Para finalizar, retomo para uma questão importante de toda a arguição do presente trabalho, a luta para uma educação mais democrática não vem apenas das classes que sofrem opressão, a luta pela diversidade vem de todo educador que preza para que a sala de aula seja um espaço de acolhimento e

especial a Física, a partir de uma perspectiva descolonial, destacando a relevância dos povos africanos, afrodescendentes e das mulheres negras na construção do conhecimento científico.

respeito. Nós, educadores, devemos trazer essas questões cotidianamente para que haja um ambiente seguro para todos os alunos. A luta contra o racismo e a LGBTfobia é uma luta comunitária, quando há ataque a esses grupos, interpretar e saber agir no conflito social não cabe apenas a nós educadores, mas a todos que acreditam em uma sociedade igualitária e sem discurso de ódio.

Em virtude do movimento em direção a uma sociedade mais igualitária, destaca-se a importância da disciplina de Arte, a qual abrange as linguagens das artes visuais, da música, da dança e do teatro, áreas fundamentais para a ampliação do discurso democrático em si. Esse trabalho tem como recorte a pedagogia das artes cênicas no desenvolvimento humano dos alunos, a importância do teatro como linguagem para trabalhar uma diversidade de assuntos e desenvolver o ser/fazer artístico dos alunos de escola pública.

As propostas atuais de “um novo educador” são interessantes, pois nunca foi tão pontuado para que nós, educadores e o restante da equipe pedagógica, buscássemos nos especializar e nos dedicar nessas demandas sociais, visando em um primeiro momento manter a ordem na sala de aula e na instituição, diminuindo assim outros problemas, como *bullying* e/ou a falta de saúde mental dos estudantes e professores.

Muito se fala sobre um ambiente democrático para os alunos, entretanto, devemos levar em consideração esse educador que está em sala de aula lecionando, se ele está sendo assegurado. Um ambiente acolhedor faz com que esse profissional seja amparado, por isso a importância de toda equipe pedagógica ser rígida quanto a LGBTfobia e racismo, pois, acima de tudo, é um crime. Em resumo, quando há cumprimento dos decretos e leis que regem os direitos do educador, do aluno, do cidadão no geral, as possibilidades futuras de mudança ficam mais evidentes.

Devemos entender em que período histórico a educação se apresenta, como demonstrado nas referências utilizadas em sala de aula, existe um declínio da utilização da educação tradicionalista, dos alunos ficarem apenas sentados em sala de aula sem a participação pertinente, para o desenvolvimento da aula. Buscar novas metodologias e formas de analisar e ver a educação, é importante,

pois em sala de aula, na contemporaneidade, discutimos questões que há 10, 20, 30 anos não eram discutidas.

A escolha de Boal (2019; 1982) e Laban (1978) revelou-se de importância para que os alunos pudessem perceber o outro, neste caso, seus próprios colegas em sala de aula, desenvolvendo a empatia, a convivência social e o aprendizado do respeito mútuo. Boal é didático, pois propõe a conscientização social através da *práxis teatral*, criticando situações de opressão e injustiça, em forma de exercícios. Laban, trabalha o íntimo e o grupal, trazendo a teoria que o movimento é essencial para a expressão humana, ponto primordial para aquelas turmas que lecionamos, a necessidade de expressar-se com os colegas de forma afetuosa e empática.

A segurança escolar e a educação preventiva são essenciais para que situações como a que ocorreu em nosso estágio não voltem a acontecer com outros professores e alunos. O teatro pode ser um mediador para essas discussões, pois seus jogos trazem debates sociais pertinentes para sala de aula, entretanto, a dimensão que irá tomar esse exercício nem sempre é previsível e o educador deve estar preparado para as discussões que se apresentarão. Referente a nossa postura como estagiários, entendo que nossa formação é um constante aprendizado, por isso buscamos e devemos sempre nos especializar para cada vez mais moldar nossos olhares para todas as questões que regem o cotidiano da sala de aula e das particularidades que cada aluno apresenta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm >. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRAÚNA, Carla Jeany Duarte; SOUZA, Davison da Silva; ANDRADE SOBRINHA, Zélia Maria Lemos. Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–10, 2022. Disponível em:
<<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8869>>
Acesso em: 4 fev. 2025.

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro**. 4. ed. Aparecida, SP: Civilização Brasileira, 1982.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1978.

LECHETA, Andrio R. **"Teatro é coisa de viado!": pedagogias da masculinidade no teatro amador em perspectiva dialógica**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em:< <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/83416> >. Acesso em: 27 fev. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Estatísticas: dados sobre a violência contra estudantes LGBT**. 2025. Disponível em:< <https://mppr.mp.br/Noticia/ESTATISTICAS-Dados-sobre-violencia-contra-estudantes-LGBT> >. Acesso em: 18 fev. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

RIBEIRO, Everton. **Não é "mimimi" ou a experiência do drama na formação docente: os sulcos da violência recôndita contra estudantes LGBT**. 2019.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

RIBEIRO, Everton. O impacto da (in) segurança escolar na saúde de estudantes LGBT: violências recônditas nas frestas da escola. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 11, p. 119-139, 2020.

SPOLIN, Viola. **Jogos Teatrais**: o fichário de viola spolin. Tradução de Ingrid Dormien koudela. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Recebido: 28/02/2025

Aceito: 23/05/2025